



## *Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG*

ESTÂNCIA HIDROMINERAL

CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECRETO Nº 9.412 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023

“Regulamenta os Benefícios  
Eventuais que compõe SISTEMA  
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA  
SOCIAL DO MUNICÍPIO DE  
MONTE SIÃO/MG.”

**JOSÉ POCAI JÚNIOR**, Prefeito Municipal da Estância de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições em conformidade com os incisos VI e IX do art. 64 da Lei Orgânica Municipal e,

**Considerando** a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”;

**Considerando** a Lei Federal Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência social - LOAS e suas alterações que “dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências”;

**Considerando** a Lei Federal nº 10.741 de 1º de outubro de 2003 que “dispõe sobre o estatuto do idoso e dá outras providências”;

**Considerando** a Lei Federal nº 11.346 de 15 de setembro de 2006, que “cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências”;

**Considerando** a Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010 que “institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003”;

**Considerando** a Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que “institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)”;

**Considerando** a Lei Estadual nº 12.262, de 23 de julho de 1996 que “dispõe sobre a política estadual de assistência social, cria o Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS e dá outras providências”;

**Considerando** a Lei Estadual nº 22.806 de 29 de dezembro de 2017, que “dispõe sobre a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - PESANS – e organiza o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN – no âmbito do Estado”;

Publicado



## *Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG*

ESTÂNCIA HIDROMINERAL

CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

**Considerando** o Decreto Federal nº 6.135 de 26 de junho de 2007, que “dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências”;

**Considerando** o Decreto Federal nº 6.307 de 14 de dezembro de 2007, que “dispõe sobre os benefícios eventuais de que trata o art. 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993”;

**Considerando** o Decreto Federal nº 7.257 de 04 de agosto de 2010 (alterado pelo Decreto 7.505 de 27 de junho de 2011), “regulamenta a Medida Provisória nº 494 de 2 de julho de 2010, para dispor sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre o reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e dá outras providências”;

**Considerando** o Decreto Estadual nº 46.873 de 26 de outubro de 2015 que “dispõe sobre as Transferências de Recursos Financeiros do Fundo Estadual de Assistência Social”;

**Considerando** a Portaria do Ministério de Desenvolvimento Social - MDS nº 90, de 3 de setembro de 2013 que “dispõe sobre os parâmetros e procedimentos relativos ao cofinanciamento federal para oferta do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências”;

**Considerando** a Resolução CIT nº 07, de 10 de setembro de 2009, que “dispõe sobre os procedimentos para a gestão integrada dos serviços, benefícios socioassistenciais e transferências de renda para o atendimento de indivíduos e de famílias beneficiárias do PBF, PETI, BPC e benefícios eventuais, no âmbito do SUAS”;

**Considerando** a Resolução CNAS nº 212 de 19 de outubro de 2006, que “propõe critérios orientadores para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da política pública de assistência social”;

**Considerando** a Resolução do CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006, que “aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS” - ela define as equipes de referência que compõem os serviços socioassistenciais, sobretudo o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);

**Considerando** a Resolução CNAS nº 109 de 11 de novembro de 2009 que “aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais”;

**Considerando** a Resolução CNAS nº 39 de 09 de dezembro de 2010 que “dispõe sobre o processo de reordenamento dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social em relação à Política de Saúde”;

Publicado





## *Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG*

ESTÂNCIA HIDROMINERAL

CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

**Considerando** a Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012, que “aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB-SUAS”, em especial o art. 4º que estabelece as seguranças afiançadas pelo SUAS;

**Considerando** a Instrução Normativa Nº 01, de 24 de agosto de 2012, do Ministério da Integração Social, que “estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos e dá outras providências”;

**Considerando** o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – PLESANS/MG, 2012 que tem como meta promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;

**Considerando** o IV Produto da Ana Lígia Gomes, resultado de trabalho da Consultoria para o Ministério de Desenvolvimento Social, que dispõe sobre Subsídios para orientações técnicas sobre a caracterização de provisões dos Benefícios Eventuais em situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública, bem como quanto a sua regulamentação, gestão e prestação; PNUD BRA\12\006\Maio\2015;

**Considerando** o Caderno de Orientações em Situações de Calamidades Públicas e de Emergência, publicado pela de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE, em novembro de 2017;

**Considerando** que os Benefícios Eventuais integram organicamente as garantias do SUAS e que sua prestação deve atender ao princípio da integração à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas;

**Considerando** que os benefícios eventuais constituem direitos a serem assegurados pela Política de Assistência Social e que estes não podem ser prestados divorciados do escopo das ofertas e garantias da assistência social; e

**Considerando** a deliberação de sua 240ª plenária ordinária, realizada em 14 de dezembro de 2018, pelo CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS/MG.

### **DECRETA:**

**Art.1º** As diretrizes para a regulação dos benefícios eventuais no âmbito do Município de Monte Sião/MG.

*[Assinaturas manuscritas]*



# *Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG*

ESTÂNCIA HIDROMINERAL

CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

## **Capítulo I** **Da Definição e dos Princípios**

**Art.2º** Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias prestadas aos indivíduos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública, na forma prevista na Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – LOAS, e suas alterações.

**Art.3º** Considera-se, para os fins desta Resolução:

- I - Benefícios: provisões prestadas em forma de bens e, ou pecúnia;
- II - Eventuais: no conceito de eventual temos a noção da incerteza, do inesperado e do circunstancial, do ocasional e do contingente, portanto do temporário;
- III - Inseguranças de acolhida, convívio, renda, autonomia, apoio e auxílio são desproteções resultantes de vivências que ocasionem danos, perdas ou prejuízos e por isso requer atenção imediata;
- IV - Benefícios eventuais: provisões suplementares e temporárias para pessoas ou famílias em situação de insegurança social ocasionada por vivências de perdas, danos e prejuízos relacionadas às seguranças afiançadas pela política de assistência social;
- V - Prontidão: respostas imediatas e urgentes às necessidades das famílias e, ou indivíduos, vivenciadas por decorrência de privações, contingências imponderáveis e ocasionais.

**Art.4º** Recomenda-se que a oferta de benefícios eventuais seja realizada preferencialmente na forma de pecúnia, de modo a garantir maior dignidade e autonomia para as famílias.

**Parágrafo Único.** O benefício eventual pode ser concedido cumulativamente nas formas de pecúnia e de bens de consumo.

**Art.5º** As situações de vulnerabilidade e risco social que ensejam a concessão de benefícios eventuais são aquelas que estejam em consonância com as seguranças afiançadas pelo SUAS.

**Parágrafo Único.** São consideradas seguranças afiançadas pelo SUAS, conforme a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB-SUAS, 2012:

- I – Acolhida;
- II – Renda;
- III – Convívio ou vivência familiar, comunitária e social;
- IV – Desenvolvimento de autonomia;
- V – Apoio e auxílio.

**Art.6º** As provisões previstas na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, em função de nascimento, morte, vulnerabilidade temporária e calamidade pública

*[Handwritten signatures]*

Publicado





## *Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG*

ESTÂNCIA HIDROMINERAL

CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

serão garantidas aos usuários através dos benefícios eventuais, uma vez que podem caracterizar inseguranças sociais.

**Art.7º** Os benefícios eventuais integram organicamente as garantias do SUAS, devendo sua prestação observar:

I - Não subordinação a contribuições prévias e de vinculação a quaisquer contrapartidas;

II - Prontidão na concessão dos benefícios;

III - Garantia de igualdade de condições no acesso às informações e à fruição dos benefícios eventuais;

IV - Afirmação dos benefícios eventuais como direito socioassistencial reclamável;

V - Ampla divulgação dos critérios para a sua concessão;

VI - Desvinculação de comprovações complexas e vexatórias, que estigmatizam os beneficiários.

### **Capítulo II**

#### **Diretrizes e Critérios de Concessão dos Benefícios Eventuais**

**Art.8º** Os profissionais de nível superior das equipes de referência dos serviços socioassistenciais são responsáveis pela concessão dos benefícios eventuais.

**Parágrafo Único.** Entende-se por profissionais de nível superior das equipes técnicas de referência, assistente social e psicólogos conforme estabelece as Normas Operacionais Básicas de Recursos Humanos do SUAS. E por Serviços socioassistenciais, aqueles executados através do Equipamento Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

**Art.9º** É vedada a concessão de benefícios eventuais com exigências de qualquer tipo de contribuição ou contraprestação de qualquer espécie pelos cidadãos.

**Parágrafo único.** Para fins de concessão de benefício eventual, deve-se considerar a família o núcleo básico, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade circunscrito a obrigações recíprocas e mútuas organizadas em torno de relações de geração, gênero e homoafetiva que vivam sob o mesmo teto, bem como o núcleo social unipessoal.

**Art.10º.** O Cadastro Único - CadÚnico poderá ser utilizado para fins de elegibilidade da prestação dos benefícios eventuais, respeitada a supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.

**Art.11º.** A oferta dos benefícios eventuais deverá estar integrada a todos os serviços socioassistenciais tipificados nacionalmente, conforme a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009.

Publicado



## *Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG*

ESTÂNCIA HIDROMINERAL

CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

**Art.12º.** Os profissionais de nível superior das equipes de referência deverão identificar a necessidade de inclusão das famílias e, ou, indivíduos no processo de acompanhamento familiar logo após concessão de benefícios eventuais.

**Parágrafo Único.** Em conformidade com o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do SUAS, o acompanhamento familiar de que trata o caput é definido como um conjunto de intervenções desenvolvidas em serviços continuados, com objetivos estabelecidos, que possibilitam à família o acesso a um espaço onde possa refletir sobre sua realidade, construir novos projetos de vida e transformar suas relações – sejam elas familiares ou comunitárias.

**Art.13º.** O tempo de concessão dos benefícios eventuais deverá ser avaliado pelos profissionais de nível superior das equipes de referência dos serviços socioassistenciais tipificados ao qual o beneficiário e, ou a família são acompanhados, devendo ser observadas as articulações, encaminhamentos e, ou ações setoriais e intersetoriais realizadas no âmbito do município.

### **Capítulo III Da Prestação dos Benefícios**

**Art.14º.** Os benefícios eventuais devem ser prestados em virtude de nascimento, morte, vulnerabilidade temporária e calamidade pública, observadas as contingências de riscos, perdas e danos a que estão sujeitos os indivíduos e famílias.

#### **Seção I Da Prestação do Benefício Eventual por Nascimento**

**Art.15º.** O benefício eventual prestado em virtude de nascimento constitui-se de uma prestação temporária, não contributiva, para minimizar a vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família.

**§1º** O benefício de que trata o caput atenderá preferencialmente aos seguintes critérios:

- I – Necessidades do nascituro;
- II – Apoio à mãe no caso de natimorto e morte do recém-nascido;
- III – Apoio à família no caso de morte da mãe;
- IV – Apoio nas situações de processo de adoção.

**§2º** O benefício eventual em virtude de nascimento deverá ser concedido à genitora e, ou à família do nascituro, caso a mãe e/ou responsável legal esteja impossibilitada de requerer o benefício ou tenha falecido, observado o disposto no art. 4º, desta resolução.

**Art.16º.** Quanto ao benefício eventual em virtude de nascimento cabe esclarecer que a criança recém-nascida, sobretudo, e sua mãe nutriz requisitam cuidados





## ***Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG***

**ESTÂNCIA HIDROMINERAL**

CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

e proteção, por direito, por parte de várias políticas setoriais e, assim, não se pode confundir as atribuições da assistência social com as da política de saúde ou de segurança alimentar.

**§1º.** Os bens de consumo consistem no enxoval do recém-nascido, exceto medicamentos, alimentação, leites e fraldas, os quais são garantidos em outras políticas públicas.

**§2º.** O benefício pode ser solicitado a partir do 7º mês de gestação até 90 dias após o nascimento.

**§3º.** O benefício na forma de pecúnia corresponderá o valor até o máximo de 30(trinta) por cento do salário mínimo vigente e/ou no máximo 3 parcelas a depender da avaliação técnica dos profissionais de nível superior dos serviços socioassistenciais CRAS e CREAS.

**Art. 4º** São documentos essenciais para concessão de auxílio natalidade:

I – Se o benefício for solicitado antes do nascimento o responsável deverá apresentar declaração médica comprovando o tempo gestacional, e os demais documentos na constante no inciso III, IV, V;

II– Se for após o nascimento o responsável deverá apresentar a certidão de nascimento;

III – Comprovante de residência de no mínimo 2 anos neste município;

IV– documentos pessoais da mãe ou do responsável legal, que efetivamente esteja com a guarda/tutela da criança;

V– Comprovante de conta bancária em nome do requerente.

**Parágrafo Único:** O benefício quando concedido em forma de pecúnia, deverá ser o beneficiário responsável por apresentar a equipe do CRAS e CREAS para fins de atendimento e/ou acompanhamento familiar demonstrando que foram sanadas as demandas iniciais que gerou o acesso ao benefício.

### **Seção II**

#### **Da Prestação do Benefício Eventual por Morte do Membro Familiar**

**Art.17º.** O benefício eventual na forma de auxílio por morte constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social em prestação de serviço e, ou em pecúnia, para reduzir a vulnerabilidade provocada por morte do membro da família, e será concedido conforme o art. 8º desta resolução.

**Art.18º.** O benefício eventual para a situação de morte de um membro na família deverá, ser repassado em forma de pecúnia ou de prestação de serviços a qual será destinado a suprir as necessidades da família para fazer face ao impacto da perda do ente.

**Art.19º** O auxílio funeral atenderá os seguintes aspectos:despesas com funeral; embalsamento para conservação do corpo; traslado do corpo para o município.

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*



## *Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG*

ESTÂNCIA HIDROMINERAL

CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

§1º. A prestação de serviço será paga em até 1 salário mínimo e meio vigente.

§2º. Nos casos de traslado do corpo para o município, serão seguidos os critérios definidos pela legislação federal.

**Art.20.** O auxílio funeral é destinado às necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de seus provedores ou membros e será concedido até 20 dias após o óbito de prestação de serviço, considerando os procedimentos administrativos regulamentados no município.

**Art.21.** São documentos essenciais para auxílio funeral:

I- Atestado de óbito;

II- Comprovante de residência da pessoa que faleceu (conta de água, luz, telefone, IPTU. Na falta desses, o usuário deverá apresentar declaração de domicílio assinada por 2 (duas) testemunhas que possuam documento de identificação);

III- Documentos pessoais (CPF e RG) de cônjuge ou companheiro ou na ausência deste, de filhos ou pessoa que comprove a convivência com o "de cujus";

IV- Comprovante de conta bancária em nome do requerente.

V - Nota de Prestação de Serviço emitida pela funerária;

**Art. 22.** Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inseridos nos serviços de Alta Complexidade, o responsável pela entidade poderá solicitar o auxílio funeral.

§1º. Caso o falecido seja indigente, o técnico da proteção básica e especial ou da rede socioassistencial realizará todo o processo, estando sob sua responsabilidade a evolução do caso.

§2º. O benefício quando concedido em forma de pecúnia, deverá ser o beneficiário responsável por apresentar a equipe do CRAS e CREAS para fins de atendimento e/ou acompanhamento familiar demonstrando que foram sanadas as demandas iniciais que gerou o acesso ao benefício.

### **Seção III**

#### **Da Prestação do Benefício Eventual por Situação de Vulnerabilidade Temporária**

**Art.23.** O benefício eventual prestado em virtude de vulnerabilidade temporária será destinado à família ou ao indivíduo e visa minimizar situações de riscos, perdas e danos, decorrentes de contingências sociais, e deve integrar-se à oferta dos serviços socioassistenciais e buscar o fortalecimento dos vínculos familiares e a inserção comunitária.

**Art.24.** O benefício eventual prestado em virtude de vulnerabilidade temporária deve ser concedido na forma de pecúnia ou em bens de consumo, em caráter





## *Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG*

**ESTÂNCIA HIDROMINERAL**

CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

temporário, de acordo com o grau de complexidade da situação de vulnerabilidade e risco pessoal das famílias e indivíduos, identificados no atendimento e acompanhamento pelas equipes de referência dos serviços socioassistenciais.

**Parágrafo único.** A concessão do benefício eventual em situação de vulnerabilidade temporária será em forma de bens de consumo, prestação de serviço e em pecúnia conforme atendimento ou acompanhamento das equipes técnicas de nível superior.

**Art.25.** A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

- I – riscos: ameaça de sérios padecimentos;
- II – perdas: privação de bens e de segurança material;
- III – danos: agravos sociais e ofensa.

**Parágrafo único.** Os riscos, perdas e danos, de que trata o caput, podem decorrer de:

I - perda circunstancial ocasionada pela ruptura de vínculos familiares e comunitários;

II - processo de reintegração familiar e comunitária de crianças, adolescentes, e famílias que se encontram em cumprimento de medida protetiva; pessoas idosas, pessoas com deficiência, crianças, adolescentes e mulheres em situação de violência, e, ou em situação de rua;

III - ausência ou limitação de autonomia, de capacidade, de condições ou de meios próprios da família para prover as necessidades alimentares de seus membros;

IV - ocorrência de violência física ou psicológica no âmbito familiar ou ofensa à integridade física do indivíduo;

V - outras situações sociais que comprometam a sobrevivência familiar e comunitária;

VI - ausência de documentação civil;

VII - necessidade de mobilidade interurbana para garantia de visitas a familiares em cumprimento de medidas protetivas e, ou socioeducativas, desde que não seja provido pelo serviço de origem.

**Art.26.** Não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social as provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios vinculados ao campo da saúde, da educação, da habitação, e das demais políticas públicas setoriais, tais como:

I - Órteses, próteses, aparelhos ortopédicos, fraldas, óculos, dentaduras, medicamentos, cadeiras de rodas, dietas especiais, lentes, armações e Tratamento Fora do Domicílio - TFD;

II - Uniformes e materiais escolares;

III - Materiais de construção;

IV - Pagamento de aluguel que não se caracterize como eventualidade;



## *Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG*

**ESTÂNCIA HIDROMINERAL**

CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

V - Auxílio transporte, exceto o disposto nos incisos "VII" do parágrafo único do art. 25º desta resolução;

VI – Pagamentos de contas de água, luz, gás de cozinha, telefone e passagens.

**Art.27.** A concessão do benefício eventual para prover as necessidades alimentares, deve atender o caráter emergencial e diz respeito à insegurança social de renda e autonomia, observados os dispostos nos artigos 23 e 24 desta Lei.

§1º A concessão e temporalidade do benefício eventual que trata o caput deste artigo serão avaliados pelas equipes de referência dos serviços socioassistenciais observados os dispostos nos artigos 12 e 13 desta resolução.

§2º Recomenda-se na concessão do benefício eventual que trata o caput seja observado o disposto no artigo 4º.

### **Subseção I**

#### **Necessidade Alimentares**

**Art.28.** O benefício eventual para atendimento da vulnerabilidade temporária de necessidade alimentares será concedido na forma de bens e/ou pecúnia.

§1º. Na forma de pecúnia será viabilizado por meio de Vale Alimentação, tem como objetivo o atendimento emergencial das famílias que se encontram em vulnerabilidade e risco social, com a finalidade de auxiliar no custeio da alimentação, produtos de higiene pessoal e de limpeza, para suprir situações esporádicas, de prestação temporária não contributiva.

§2º. O Vale alimentação será concedido por meio de ticket, cartão ou outro meio tecnologicamente hábil a ser utilizado no comércio local, em valor de até ½ (meio) salário mínimo, levando-se em conta o custo médio da "cesta básica".

§3º. O Vale Alimentação será destinado única e exclusivamente à aquisição de gênero alimentício, sendo vedada a aquisição por intermédio deste benefício de:

I – cigarro;

II – bebidas alcoólicas;

III – ração para animais;

IV – Outros produtos que tenham finalidades distinta da natureza deste benefício;

### **Subseção II**

#### **Aluguel Social**

**Art.29.** Constituirão Benefícios Eventuais as provisões de acesso a unidades habitacionais destinadas à moradia de indivíduos e famílias em situação de risco ou de vulnerabilidade social, denominado Aluguel Social.

Publicado





## *Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG*

ESTÂNCIA HIDROMINERAL

CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

§1º. O auxílio será concedido aos usuários que se encontrem nas situações excepcionais e temporárias descritas no art.25, pelo período até o máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, conforme justificativa dos técnicos de nível superior dos serviços socioassistenciais, que acompanhe o indivíduo ou núcleo familiar em questão.

§2º. O valor do benefício de aluguel social será até 1 (um) salário-mínimo vigente.

**Art.30.** São documentos essenciais para concessão do Aluguel Social:

I – relatório circunstancial elaborado pelos técnicos de referência de nível superior dos serviços socioassistenciais, informando vulnerabilidade da família e sua inclusão no Plano de Acompanhamento Familiar no âmbito da Proteção Social Básica;

II – documentos pessoais (CPF, RG e Carteira de Trabalho), bem como comprovante de residência de no mínimo 2 anos no município, salvo em caráter excepcional;

III – declaração de que nenhum morador é possuidor de outro imóvel que possa ser utilizado como moradia.

**Parágrafo único.** Caberá a família a escolha do imóvel a ser locado e a responsabilidade pela conservação do mesmo, bem como os pagamentos de taxas de abastecimento de água e energia elétrica.

### **Seção IV**

#### **Da Prestação do Benefício Eventual em Situação de Desastre, Calamidade Pública e Emergência**

**Art.31.** Nas situações de desastre, calamidade pública e emergência o benefício eventual deve ser prestado por meio dos Serviços Socioassistenciais Tipificados Nacionalmente, prioritariamente no Serviço de Proteção em Situações de Calamidade Públicas e de Emergências, regulamentado pela Portaria MDS nº 90, de 3 de setembro de 2013.

**Parágrafo único.** O benefício eventual deve ser concedido na forma de pecúnia e, ou, bens de consumo, em caráter provisório e suplementar, sendo seu valor fixado de acordo com o grau de complexidade do atendimento de vulnerabilidade e risco pessoal das famílias e indivíduos afetados.

**Art.32.** As situações de desastre caracterizam-se pelo resultado de eventos naturais ou provocados pelo homem, causando grave perturbação ao funcionamento de uma comunidade e, ou família, com extensas perdas e danos humanos, econômicos ou materiais, e excede a capacidade dos afetados de lidar com o problema usando meios próprios.

af

B

publicado



## *Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG*

ESTÂNCIA HIDROMINERAL

CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

**Art.33.** A proteção da Assistência Social em situações de desastre é destinada as famílias e indivíduos afetados que se encontram em situação de vulnerabilidade social, causadas pelo desastre, a qual configura insegurança social, seja em relação a sua sobrevivência, a sua acolhida e, ou ao seu convívio:

I - A segurança de sobrevivência: deve prover meios para sobrevivência material e de redução dos danos sobre sua autonomia;

II - A segurança de acolhida: deve garantir por meio do Serviço de Proteção em Situações de Calamidade Públicas e de Emergências, quando houver o serviço, o direito ao abrigo, a recuperação da própria segurança do convívio;

III - A segurança de convívio: deve garantir condição de minimização das rupturas ocorridas e proporcionar condição de convivência familiar.

**Parágrafo Único.** Os benefícios eventuais que se referem às seguranças descritas nos incisos I, II e III, deste artigo, devem ser regulamentados em normativa própria do município, podendo ser ofertados em bens, pecúnia e, ou cumulativamente.

**Art.34.** Recomenda-se articulação com a Defesa Civil para a realização de ações imediatas de caráter emergencial na assistência às vítimas de desastres, na prestação de atenção coletiva.

**Art.35.** As situações de calamidade pública caracterizam-se por eventos anormais, decorrentes de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, os quais causem sérios danos à comunidade afetada, inclusive à segurança ou à vida de seus integrantes, e outras situações imprevistas ou decorrentes de caso fortuito.

**Art.36.** Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Monte Sião, em 06 de dezembro de 2023.

JOSÉ POCAI JÚNIOR  
Prefeito Municipal

BENEDITO SIMÕES  
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão



Publicado